

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico 3

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico

3

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P769 Políticas públicas no Brasil [recurso eletrônico] : exploração e diagnóstico 3 / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. – (Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-059-9

DOI 10.22533/at.ed.599192201

1. Administração pública – Brasil. 2. Brasil – Política e governo.
3. Planejamento político. 4. Política pública – Brasil. I. Silvestre,
Luciana Pavowski Franco. II. Série.

CDD 320.60981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Políticas Públicas no Brasil: Exploração e Diagnóstico” apresenta 131 artigos organizados em sete volumes com temáticas relacionadas às políticas de saúde, educação, assistência social, trabalho, democracia e políticas sociais, planejamento e gestão pública, bem como, contribuições do serviço social para a formação profissional e atuação nas referidas políticas.

A seleção dos artigos apresentados possibilitam aos leitores o acesso à pesquisas realizadas nas diversas regiões do país, apontando para os avanços e desafios postos no atual contexto social brasileiro, e permitindo ainda a identificação das relações e complementariedades existentes entre a atuação nos diferentes campos das políticas públicas.

Destaca-se a relevância da realização de pesquisas, que tenham como objeto de estudo as políticas públicas, bem como, a disseminação e leitura destas, visando um registro científico do que vem sendo construído coletivamente na sociedade brasileira e que deve ser preservado e fortalecido considerando-se as demandas de proteção social e de qualificação da atuação estatal em conjunto com a sociedade civil em prol da justiça social.

Boa leitura a todos e todas!

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESAFIO DE ACOMPANHAMENTO FAMILIAR ATRAVÉS DE GRUPOS	
<i>Poliana de Oliveira Carvalho</i> <i>Solange Maria Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922011	
CAPÍTULO 2	11
A RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NA NOVA REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
<i>Rafaella Vanny Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922012	
CAPÍTULO 3	22
AUTONOMIA E EMPODERAMENTO FEMININO NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA ANÁLISE DAS AVALIAÇÕES DE IMPACTO	
<i>Sandra Monica da Silva Schwarzstein</i> <i>Nivia Valença Barros</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922013	
CAPÍTULO 4	34
CONTOS DA VIDA REAL: UM ESTUDO SOBRE A MULHER EM SITUAÇÃO DE RUA, EM TERESINA-PI	
<i>Iracilda Alves Braga</i> <i>Dryelly Ravelly Val</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922014	
CAPÍTULO 5	46
O USO DE INDICADORES DOS SISTEMAS OFICIAIS DE INFORMAÇÕES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR	
<i>Vanelise de Paula Aloraldo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922015	
CAPÍTULO 6	58
POBREZA E POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE DA ATUAL CONJUNTURA	
<i>Patrícia Ribeiro Lopes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922016	
CAPÍTULO 7	71
POLÍTICA BRASILEIRA DE ASSISTENCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL: ATUAÇÃO PROFISSIONAL FRENTE À CONSOLIDAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS	
<i>Diego Tabosa da Silva</i> <i>Anália da Silva Barbosa</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922017	

CAPÍTULO 8	81
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: ANÁLISE DAS MUDANÇAS NOS PADRÕES DE CONSUMO E MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS USUÁRIAS EM SÃO LUÍS-MA	
<i>Camila Raquel Amaral França</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922018	
CAPÍTULO 9	92
REDE SOCIOASSISTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL	
<i>Roberta Ferreira Coelho de Andrade</i>	
<i>Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa</i>	
<i>Vivianne Batista Riker de Sousa</i>	
<i>Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha</i>	
DOI 10.22533/at.ed.5991922019	
CAPÍTULO 10	104
REFLEXÕES SOBRE PROJETOS POLÍTICO-IDEOLÓGICOS NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA	
<i>Paula Raquel da Silva Jales</i>	
<i>Solange Maria Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.59919220110	
CAPÍTULO 11	115
SEGREGAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UMA RELAÇÃO INTERATIVA A SER COMPREENDIDA	
<i>Sueli do Nascimento</i>	
DOI 10.22533/at.ed.59919220111	
CAPÍTULO 12	127
TRABALHO E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: UMA ANÁLISE À LUZ DA QUESTÃO	
<i>Régia Maria Prado Pinto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.59919220112	
SOBRE A ORGANIZADORA	140

REDE SOCIOASSISTENCIAL E VIABILIZAÇÃO DE DIREITOS: DESAFIOS AO SERVIÇO SOCIAL

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Universidade Federal do Amazonas
Manaus - AM

Tereza Raquel Negreiros do Nascimento Costa

Universidade Federal do Amazonas
Manaus – AM

Vivianne Batista Riker de Sousa

Universidade Federal do Amazonas
Manaus - AM

Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha

Universidade Federal do Amazonas
Manaus - AM

RESUMO: A rede socioassistencial diz respeito à relação e cooperação entre os serviços sociais que, mediante as políticas sociais, garantem os direitos à população. Nesse sentido, o Serviço Social como profissão que trabalha diretamente na gestão e execução da rede possui alguns desafios que precisam ser enfrentados. Assim, o artigo propõe uma discussão sobre os direitos viabilizados por meio da rede socioassistencial, reconhecendo a imprescindibilidade de seu trato no processo de formação profissional do assistente social. Sua construção resulta de pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários aos acadêmicos de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas, tabulação e análise

de dados, bem como reflexões oriundas de oficinas de extensão e pesquisas de iniciação científica. A investigação aponta que é preciso conhecer a rede socioassistencial para viabilizar direitos e constata a necessidade de um maior aprofundamento desta discussão na formação profissional no curso de Serviço Social a fim de que futuramente a atuação do assistente social seja mais qualificada e responda as demandas apresentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Serviço Social, Rede Socioassistencial, Formação Profissional, UFAM.

ABSTRACT: The socio-welfare network concerns the relationship and cooperation between social services which, through social policies, guarantee the rights of the population. In this sense, Social Work as a profession that works directly in the management and execution of the network has some challenges that need to be addressed. Like this, the article proposes a discussion and subjects on the rights made possible through the social assistance network, recognizing the indispensability of his dealings in the professional education of social workers. Its construction is the result of bibliographical and documentary research, questionnaires to students of Social Service from Federal University of Amazonas, tabulation and data analysis, as well as observations

from extension workshops and undergraduate research. Research shows that one must know the social assistance network to enable rights and notes the need for further deepening this discussion in vocational training in the course of Social Work so that in future the work of the social worker is more qualified and responds to the demands presented.

KEYWORDS: Social Work, Social Assistance Network, Vocational Training, UFAM.

1 | INTRODUÇÃO

O assistente social, enquanto profissional que atua eminentemente na viabilização de direitos, é chamado a intervir nas expressões da questão social originadas do modelo econômico capitalista. Para tanto, a formação profissional conduzida a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996 sustenta-se numa perspectiva crítica sobre a sociedade, com embasamento teórico que permita ao profissional em formação visualizar e compreender os problemas sociais originados na conjuntura atual, além de capacitá-lo para planejar e executar políticas públicas com a intenção de ampliação e consolidação da cidadania, como preceitua o Código de Ética Profissional, entre vários outros requisitos profissionais.

Nesse processo de garantia de direitos que a profissão objetiva, está a rede socioassistencial que se caracteriza como a articulação de setores que permitem a viabilização dos direitos, e âmbito onde a atuação do assistente social está totalmente relacionada. Então, é necessário que este profissional entenda a dinamicidade desta rede para que, além de encaminhar os usuários para o acesso aos serviços sociais, possa visualizar a realidade das instituições e do Estado influenciados pelo sistema capitalista junto aos ideais neoliberais que têm causado o processo de contrarreforma do estado, podendo, então, criar intervenções que ultrapassem os limites impostos por este contexto social.

Diante da conjuntura que vem sendo apresentada, demanda-se que a formação contemple os desafios que apresentam à atuação do assistente social para viabilizar tais direitos, o que implica em conhecer os serviços oferecidos pela rede socioassistencial, as restrições que o usuário pode enfrentar em cada instituição, os encaminhamentos que podem ser dados para solucionar cada situação, etc. Nesse sentido, o projeto de formação não pode estar desconectado da realidade social e das lutas que emanam da sociedade. Como ressalta Iamamoto (2011), tal projeto precisa estar vinculado à defesa de uma sociedade para além do capital e que possibilite aos assistentes sociais a aproximação das classes subalternas e apostarem ativamente nas lutas sociais.

Assim, é nesta perspectiva de discussão que o presente artigo aborda a garantia de direitos sociais através da rede socioassistencial e ressalta como a formação deve contemplar tal tema com a finalidade de capacitar o futuro profissional, sendo mais precisamente situadas estas abordagens na formação atual conduzida pela

Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Trata-se de um trabalho que resulta de pesquisa bibliográfica e documental, aplicação de questionários a 78 acadêmicos do Curso de Serviço Social, com consequente sistematização e análise dos dados. Traz reflexões resultantes de atividades de extensão, por meio do Programa Atividades Curriculares de Extensão, bem como de investigações de iniciação científica com foco na formação profissional do assistente social.

2 | DIREITOS SOCIAIS E REDE SOCIOASSISTENCIAL

Neves (2009) traz algumas caracterizações sobre a rede socioassistencial e, com elas, nos permite entender que tal rede é uma ação articulada e integrada que objetiva proporcionar aos usuários dos serviços sociais a proteção social junto ao acesso aos seus direitos, estando esta rede relacionada ao conjunto de políticas sociais, em especial a política de assistência social.

Vale ressaltar que os direitos, conforme explicita Marshall (1967), são o substrato da cidadania. Esta é composta pelos elementos civil, político e social. O elemento civil diz respeito aos direitos indispensáveis para a liberdade individual que podem ser a liberdade de imprensa, de expressão, de ir e vir, direito à justiça e, inclusive, direito à propriedade, dentre outros. Em seguida, temos o elemento político que inclui o direito de participar de questões políticas como autoridade política ou eleitor, sendo as instituições correspondentes os parlamentos e conselhos do governo local. Por fim, o elemento social se caracteriza pelos direitos a um mínimo de bem-estar econômico, social e obter o essencial para levar uma vida de acordo com os padrões da sociedade.

Atualmente, sabemos que, para fins de operacionalização desses direitos, é indispensável a criação de políticas que viabilizem estratégias para a proteção social, no âmbito da segurança, da habitação, da educação, dentre outros, visto que as políticas sociais “têm como uma de suas principais funções a concretização de direitos de cidadania conquistados pela sociedade e amparados pela lei” (PEREIRA, 2009, p. 101).

A identificação das políticas públicas com os direitos sociais decorre do fato desses direitos terem como perspectiva a equidade, a justiça social, e permitirem à sociedade exigir atitudes positivas, ativas do Estado para transformar esses valores em realidade. Daí porque, no campo de atuação das políticas públicas, a participação do Estado, seja como regulador, seja como provedor ou garantidor de bens públicos como direito, é considerada fundamental (PEREIRA, 2009, p. 102).

Assim, direitos e políticas sociais convergem para o exercício da cidadania a partir do momento em que a sociedade reconhece e é partícipe de seus direitos, seja na educação, segurança ou assistência. Por meio de políticas sociais, são concretizadas as garantias estabelecidas na Constituição Federal Brasileira de 1988.

É explicitado por Sales (2014) que, com a promulgação da Carta Magna de 1988, tem-se a definição da saúde, assistência social e previdência para compor a seguridade social, além disso, a cidadania é estabelecida como direito universal. Também houve a extensão dos direitos a toda sociedade, com exceção da previdência que depende do vínculo com o mercado formal de trabalho.

Contudo, as crises na década de 1990 não possibilitaram na prática a execução de reformas institucionais referentes à proteção social. Dessa forma, predominou a tendência de privatização nas áreas de saúde, educação e também previdência.

As políticas sociais e os direitos sociais estão intimamente ligados, visto que sob a demanda dos direitos civis, políticos e sociais, ou seja, para a consolidação e exercício da cidadania, são viabilizadas políticas que se desdobram em planos, programas e projetos para a sociedade.

Dito isto, para que obtenha sucesso em seus propósitos, a ‘rede’ deve estar bem “amarrada”, com todos os pontos bem definidos, para que falhas sejam evitadas durante a promoção dos serviços e para que permita a continuidade dos mesmos.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres (BRASIL, 2014) reconhece que, para a consecução da política pública, faz-se indispensável a articulação entre instituições governamentais, não governamentais e a comunidade. A rede de atenção às mulheres, por exemplo, envolve a assistência social, a justiça, a segurança pública, as instituições de saúde, enfim, um conjunto de instituições que permite o acolhimento, a identificação da demanda e o encaminhamento adequado às necessidades de cada usuária.

Neves (2009) esclarece que a rede é, ao mesmo tempo, um sistema aberto e fechado. Aberta por estar ligada ao desenvolvimento dos “sistemas vivos e mecânicos, tendo que considerar as abordagens sistêmicas que possibilitem a visão do contexto, emergências e mudanças qualitativas” (p. 151). E fechado por focalizar nos objetivos, regras, características, perfis dos envolvidos, etc.

Para um melhor funcionamento das redes, deve haver boa articulação interdisciplinar e intersetorial, além de investimentos financeiros, para que os objetivos sejam alcançados coletivamente, permitindo aos integrantes o sentimento de sujeito pertencente à rede. A autora continua nos dizendo que a necessidade do uso das redes apresenta o desejo coletivo que existe por inovação e que existem situações e problemas que não estão mais sendo solucionados pelas formas de gestão anteriores.

As redes se dividem em duas: organizacional piramidal, onde o poder é mais concentrado e as informações findam sendo concentradas também, ou melhor dizendo, retidas, comprometendo o desenvolvimento das ações. E estrutura em rede, onde o poder se desconcentra, sendo possível disseminar e articular as informações de forma horizontal, permitindo um melhor funcionamento da rede. Apesar de esta última ser a mais adequada, Neves (2009) nos afirma que ela não anula o modelo de gestão anterior, sendo o certo mesclá-las.

Para a autora, a estrutura mais adotada pelas entidades – quando estas se reúnem para planejar e executar objetivos e serviços – é a piramidal. Porém, ela chama

a atenção ao afirmar que os países de primeiro mundo utilizam a gestão através das estruturas em rede, onde as responsabilidades são divididas, atividades realizadas em conjunto e sem hierarquização dos integrantes.

Com o trabalho através da estrutura em rede é possível que as equipes superem seus limites, se relacionem melhor, a fim de oferecer com mais qualidade os serviços sociais. E é necessário que as entidades sejam articuladas, uma conhecendo a função da outra, para que os usuários sejam encaminhados para determinados atendimentos das várias instituições.

Levando em consideração que as instituições oferecem serviços que se enquadram como direitos sociais, Costa (2011) afirma que é necessário que tais instituições se apresentem coerentes e compatíveis no que diz respeito às relações envolvidas, considerando as limitações e fragilidades estruturais e institucionais das conjunturas nos diferentes níveis ou esferas de programas que constituem projetos federais, estaduais ou municipais, com objetivo de melhorar o oferecimento dos serviços, entendendo o indivíduo como cidadão que possui direitos e não com necessidades fragmentadas ou dissociadas.

Vitoriano (2011) nos apresenta que a gestão através da “rede” se inseriu na Assistência a partir da reformulação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e da Norma Operacional Básica (NOB), através da criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A autora declara que tal acontecimento foi objetivado com o intuito de articular as ações do Estado e da sociedade civil.

Aliás, em se tratando da política de assistência social, a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social preceitua que:

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de iniciativas públicas e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005).

Porém, apesar de o SUAS definir a assistência social como particularidade do Estado, insere as entidades filantrópicas na rede para o desenvolvimento das ações. A proteção passa a ser exercida como básica através dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) – que atuam na parte da prevenção de riscos sociais, buscando proporcionar desenvolvimento para os usuários, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares, etc. – e como proteção especial, através dos Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS) – que atuam na atenção às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, responsáveis também pelas partes administrativas, burocráticas, de planejamento, monitoramento e avaliação das ações, etc.

A gestão em rede permite, então, o melhor alcance da efetivação das políticas públicas municipais e estaduais, diante da intenção de intervir nas situações de

desigualdade social, na tentativa de ter sucesso a partir destas ações, superando a falta de recursos.

O profissional de Serviço Social busca justamente intervir sobre as relações sociais a fim de possibilitar o acesso a serviços socioassistenciais que corroboram para o exercício da cidadania, além de cumprir o que é mencionado pelo projeto ético-político da profissão.

Conforme Behring e Boschetti (2011), o tema da política social, que permeia a rede socioassistencial, e o tema dos direitos sociais tem sido tema central para o Serviço Social no debate profissional, na pesquisa científica e formação profissional, posto sua contribuição indispensável para a intervenção do assistente social. Além disso, as demandas postas pelo mercado de trabalho também exigem fortemente que se tenha um conhecimento adequado acerca dessa temática.

3 | A REDE SOCIOASSISTENCIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL NA UFAM

A formação profissional é constituída de uma totalidade de conhecimentos. Tais conhecimentos estão contextualizados historicamente e manifestos em suas particularidades, expressando-se através de três núcleos, que são os Núcleos de Fundamentação, constitutivos da formação profissional.

Eles são distribuídos, primeiramente em: a) núcleo de fundamentação teórico-metodológico da vida social, que é responsável pelo tratamento do ser social enquanto totalidade histórica; b) núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, que remete ao conhecimento da constituição econômica, social, política e cultural da sociedade brasileira em suas mais diversas regiões; c) o núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que considera a profissionalização do Serviço Social como uma especialização do trabalho e sua prática como realização de um processo de trabalho, objetivado nas múltiplas expressões da questão social.

Na medida em que esses três núcleos congregam os conteúdos necessários para a compreensão do processo de trabalho do assistente social, afirmam-se como eixos articuladores da formação profissional pretendida e desdobram-se em áreas do conhecimento que, por sua vez, se traduzem pedagogicamente através do conjunto dos componentes curriculares, rompendo, assim, com a visão formalista do currículo, antes reduzido a matérias e disciplinas (ABEPSS, 1996).

Esta articulação entre os núcleos de fundamentação colabora para que haja novas mediações, entendidas como a relação teoria e prática, a qual permeia toda a formação profissional, articulando ensino, pesquisa e extensão. Dessa forma, a ABEPSS propõe uma nova lógica curricular que procura superar a fragmentação do processo ensino-aprendizagem, permitindo assim maior aproximação entre a academia e a sociedade.

Diante do exposto, o Assistente Social é o profissional que busca a garantia dos

direitos sociais, viabiliza-os, e atua junto às políticas públicas para que os cidadãos tenham acesso aos serviços oferecidos a partir delas. Para isto, além de ter um amplo conhecimento sobre a realidade social, uma perspectiva crítica sobre as expressões da questão social, entre outros requisitos.

Desse modo, faz-se necessário que o profissional de serviço social tenha conhecimento sobre os direitos sociais e sobre a rede socioassistencial para que, além de conhecer os serviços e ter capacidade de analisá-los, possa dar melhores orientações e encaminhar os usuários ao acesso dos serviços sociais disponíveis. Assim, percebemos a importância de que a formação proporcione tais conhecimentos para o futuro profissional, servindo de embasamento para a atuação.

Durante o processo de formação, em que se discute exaustivamente sobre a construção e desenvolvimento das políticas sociais, é necessário reconhecer que há limites na viabilização dos direitos, levando em consideração a pouca disponibilidade dos recursos públicos, cortes de ‘gastos’ (ou melhor, corte de investimentos) que ocorrem na área dos direitos sociais.

Ao discutir o papel da rede e até mesmo a gestão dos recursos públicos, faz-se fundamental entender que, no contexto de minimização do papel do estado, as políticas vêm sofrendo sérios ataques em suas estruturas e gestões, fazendo com que os cidadãos tenham, cada vez mais, menos acesso aos seus direitos, tudo isto dificultando o enfrentamento das expressões da questão social.

Então, além de conhecer a organização e desenvolvimento da rede socioassistencial, fica aparente a imprescindibilidade de o profissional de Serviço Social conhecer os pontos positivos e negativos envolvidos no tema, sendo necessário que ele não seja apenas capaz de viabilizar direitos através da rede, mas também ter perspectiva crítica sobre todo o contexto envolvido para que identifique até onde está cumprindo com o projeto ético-político da profissão. E todas estas considerações devem permear o processo de construção do perfil profissional do assistente social.

A Universidade Federal do Amazonas propõe em seu projeto pedagógico a formação de um profissional capaz de atuar nas diferentes expressões da questão social, respondendo propositiva e criticamente em qualquer campo sócio-ocupacional, de modo a oferecer alternativas que potencializem os direitos dos usuários.

A partir do Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que constitui o núcleo específico, são postas em discussão as diversas políticas sociais, os diferentes sujeitos com os quais a profissão lida e as alternativas de intervenção possíveis em cada campo. Nesse processo, o debate sobre a rede socioassistencial é imprescindível.

Na disciplina “Serviço Social na área da família”, pertencente ao corpo das disciplinas obrigatórias, que possui como um de seus objetivos “compreender e identificar a dialeticidade da família e suas transformações, para possíveis construções de mecanismos de intervenção” (UFAM, 2009), coloca-se em foco a família em suas várias perspectivas, relacionadas à mulher, gênero, adoção, divórcio, desemprego, enfim, todas estas discussões trazem, conseqüentemente, a necessária relação com

o campo profissional, no caso, a rede socioassistencial.

No rol das disciplinas optativas estão incluídas as políticas de saúde, educação, habitação, assistência social e previdência social. Para contemplar diversos grupos sociais, têm-se o aprofundamento sobre a atenção às crianças e adolescentes, bem como à pessoa idosa. Tem-se ainda a discussão sobre a atuação na área empresarial, no campo socioambiental e junto aos movimentos sociais. Em todos os casos, demanda-se a discussão das legislações específicas, das possibilidades de atuação e a articulação com a rede de instituições e serviços associados. Ou seja, a rede socioassistencial permeia todas essas disciplinas, porque o seu conhecimento é arma poderosa para a viabilização dos direitos.

Ao voltar seu olhar para a formação profissional, a presente pesquisa buscou conhecer as potencialidades e limites do currículo em andamento desde 2009. Para isto, aplicamos questionário aos atuais discentes que já cursaram, no mínimo, a metade da graduação, sendo entrevistados, então, 78 alunos. Com base nos resultados provenientes dessa investigação, realizamos oficinas e atividades que reuniram os principais temas da profissão, das quais participaram os discentes dos turnos vespertino e noturno e dos vários períodos, a fim de intervir nas fragilidades que foram identificadas através da pesquisa.

Em se tratando do conhecimento sobre a rede socioassistencial, 22% dos entrevistados nos apontam que a formação é restrita a esse respeito, 36% consideram como bom, 37% ótimo e 5% não responderam. Ainda que tenhamos mais de 70% de avaliação positiva, não podemos ignorar que há falhas na discussão desse tema. Por isso, na revisão curricular em curso essa questão tem sido considerada e a nova matriz curricular pretende fornecer uma formação mais ampla nesse aspecto.

Ao questionarmos sobre o desenvolvimento de estágio em Serviço Social e as respectivas áreas, 44% alegaram ainda não estarem desenvolvendo estágio (tanto curricular obrigatório quanto não obrigatório) e 56% estão inseridos nos campos. Dos que se encontram em campo de estágio, tanto obrigatório ou não obrigatório, 12% estão na área da saúde, 16% na assistência social, 2% na previdência social, 7% na atenção ao idoso, 21% na área sociojurídica, 9% no sistema penitenciário, 19% na área socioambiental, 2% na segurança pública, 4% na educação, 2% em organizações não governamentais, 2% na política de habitação e 4% em outros campos não especificados pelos entrevistados.

Dos que estagiam, 70% acreditam que a formação contribui parcialmente para a atuação em seus campos específicos de estágio, 18% consideram que a formação habita totalmente para esta intervenção, 12% afirmaram que a formação não fornece subsídios para a atuação.

Então, com isto, percebemos que as discussões referentes à rede socioassistencial precisam ser melhoradas e mais aprofundadas, pois, apesar de a maioria dos discentes afirmar que este tema é bem relacionado no embasamento teórico da formação e lhes proporcionar um nível agradável de entendimento sobre o assunto, não é a intenção

de conhecimento parcial que a formação objetiva, mas sim o embasamento amplo para que o profissional esteja cada vez mais apto a lidar, entender e compreender a dinâmica da rede socioassistencial, a viabilização de direitos, entre outros requisitos, enquanto profissional atuante no espaço sócio-ocupacional.

Os diversos campos sócio-ocupacionais, integrantes da rede socioassistencial, são os principais meios de contato do Assistente Social com os usuários, já que a grande maioria dos profissionais de Serviço Social atua através das instituições. Portanto, cabe ao profissional conhecer as especificidades das instituições pertencentes à rede sócio-assistencial, a fim de promover o acesso dos usuários aos seus direitos. A esse respeito, Iamamoto destaca que:

[...] com base em dados em 2004 (CFESS, 2005), constata que, no nível nacional, 78,16% dos assistentes sociais atuam em instituições públicas de natureza estatal, das quais 40,97% atuam no âmbito municipal, 24%, estaduais e 13,19%, federais. Assim, assistente social no Brasil é majoritariamente um funcionário público, que atua predominantemente na formulação, planejamento e execução de políticas sociais com destaque às políticas de saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras. O segundo maior empregador são empresas privadas com 13,19% (o mesmo índice que as instituições federais), seguido do "Terceiro Setor", com 6,81% (englobando Organizações Não Governamentais (ONGs), Associações, Cooperativas, entre outras que viabilizam a chamada 'responsabilidade social'). (IAMAMOTO, s/d, p. 5)

Como apresentado pela autora, os assistentes sociais exercem seu trabalho profissional, em sua maioria, em instituições, assim, consideramos que elas são os meios de maiores acessos dos usuários aos serviços e também por onde os usuários mais possuem contato com estes profissionais e conhecem sua atuação. Então, o serviço social se enquadra como uma das profissões assalariadas, valendo ressaltar que este foi reconhecido pelo Estado como profissão institucionalizada com objetivo de que, através das intervenções deste profissional, fossem minimizadas as consequências resultantes das relações sociais do modelo econômico capitalista.

Porém, no decorrer do desenvolvimento da profissão e após vários debates, análises, e a reatualização da profissão, firmou-se o compromisso de atenção à classe trabalhadora. Mas não podemos esquecer que o assistente social, mesmo tendo o compromisso com os usuários dos serviços sociais, enquanto trabalhador institucionalizado se vê atingido pelas demandas institucionais, tendo que cumprir também os objetivos de seu empregador e mediar também as relações dele com os usuários.

Tais demandas institucionais implicam limitações para a atuação do assistente social, por isto, o profissional precisa estar preparado para não aceitar as imposições do campo sócio-ocupacional no qual está inserido, objetivando sempre manter o compromisso de atenção às demandas dos usuários, estando sempre atento para não cair nas armadilhas teoricistas, politicistas e tecnicistas que ainda permeiam a profissão, como afirma Iamamoto (2006), atendendo sempre ao projeto ético-político.

Assim, nos cabe afirmar que, além de existir a necessidade de conhecer a articulação com a rede socioassistencial para viabilizar direitos, o assistente social deve ter contato com as abordagens sobre este tema para que visualize o contexto social em que está inserido e conheça de que forma sua atuação através da rede pode beneficiar os usuários ou, mesmo que não intencionalmente, implicar pontos negativos tanto para a garantia dos direitos quanto para a profissão, sendo capaz de evitar estas últimas.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que hoje, de acordo com Forti e Guerra (2013), temos várias demandas oriundas das expressões da questão social, e que observamos atualmente devido às mudanças históricas, sociais, econômicas, políticas e culturais. Portanto, o profissional de Serviço Social precisa de um conhecimento científico aguçado para saber atuar sobre essas demandas sociais e suscitar o indivíduo a tomar suas próprias decisões. O conhecimento teórico adquirido em sua formação dará um grande suporte para nortear a prática, intervindo nas expressões da questão social.

De acordo com Yamamoto (2011) a intenção é formar profissionais qualificados, que sabiam relacionar as dimensões ético-política, técnico-operativa e teórica-metodológica, tomando esses aspectos como um dos norteadores para o caminho da aprendizagem do exercício profissional, através da convivência permanente com a teoria, a história, a pesquisa e o cotidiano das práticas.

A discussão exposta neste artigo sugere a necessidade do conhecimento das demandas sociais, da realidade social do usuário, das tendências teórico-metodológicas presentes na ação profissional do assistente social, das diferentes áreas de atuação, das orientações do Código de Ética e do projeto profissional, de modo a dispor de elementos basilares para a intervenção profissional.

Nessa direção, orienta Santos (2013) que a prática profissional interventiva do assistente social requer apropriação das dimensões, a formação profissional deve como elucidado no decorrer do texto, contemplar esses conhecimentos necessários, visto que o Serviço Social é uma profissão interventiva.

De acordo com a autora, a teoria perde sua razão de existência quando se desarticula da prática interventiva. Do mesmo modo, a intervenção não tem como se efetivar sem um embasamento teórico. A compreensão dessa relação entre a teoria e a prática é muito importante e, inclusive, indissociável no Serviço Social.

Segundo Ribeiro (2013) a relação entre teoria e prática é a relação expressa o próprio processo de formação profissional, uma vez que os conteúdos planejados e organizados dentro de um projeto pedagógico precisam garantir uma indissociabilidade entre a formação e o perfil de profissional que se almeja. Sendo que este profissional deva possuir vários elementos, tais como: clareza política, disponibilidade, interesse e

articulação, elementos estes que expressam o posicionamento ético-político, teórico-metodológico, técnico-operativo.

Diante do exposto, a estrada de superação da ambiguidade entre teoria e prática com certeza se dará permeada na relação inseparável entre os docentes, universidades, profissionais, acadêmicos, supervisores de estágios, organizações representativas da profissão, os espaços sócio-ocupacionais, compreendendo e defendendo a necessidade de articulação da teoria com a prática no Serviço Social, para que a profissão venha oferecer uma intervenção de qualidade e contribua para a transformação da realidade.

Com isso, poderemos aperfeiçoar a instrumentalidade, que não se restringe ao aspecto operacional, para efetivar respostas eficazes para a população usuária. Cabe ressaltar que tais inquietações não se encerram por aqui, pois, sabemos que muitas são as discussões acerca desta temática, uma vez, que compreendemos a importância de debates como este para a formação profissional e o trabalho profissional.

REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica NOB/SUAS. Brasília, 2005.

_____. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher**, 2014. Disponível em: https://sistema3.planalto.gov.br/spmu/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=SP. Acesso em: 12 mar 2015.

COSTA, Angélica da. **Tecendo laços com a rede socioassistencial de São Leopoldo: O Serviço Social e a Rede Socioassistencial**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINO. São Leopoldo/RS, 2011. Disponível em: http://www.unisinos.br/projetos_sociais/images/stories/tecendo-redes-angelica-costa.pdf. Acesso em: 05 mar 2015.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **Serviço Social: temas, textos e /contextos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 3 - 22.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do Assistente Social. S/D. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/FH41e7O0eM1MvI8g3552.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

NEVES, Marília Nogueira. **Rede de Atendimento social: Uma ação possível?**. Revista da Católica, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 147-165, 2009. Disponível em: www.catolicaonline.com.br/revistacatolica. Acesso em 25 fev. 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BOSCHETTI, Ivanete et. al. (ORGS.). **Política social no capitalismo: tendências contemporâneas**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **O Estágio no Processo de Formação dos Assistentes Sociais**. *Temporalis /Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS – ano IX, n. 17*(jan./jul. 2009). Semestral. Estágio, Ética e Pesquisa: Desafios para a Formação Profissional.

SALES, Meline Magalhães de Mendonça Siqueira. **Controle Judicial de Políticas públicas com vista a efetivação dos direitos sociais**. Curso de Pós-graduação Lato Sensu da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro em Direito Administrativo. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: http://www.emerj.rj.gov.br/paginas/rcursodeespecializacao_latosensu/direito_administrativo/edicoes/n1_2013/pdf/MelineSales.pdf. Acesso em: 10 jan. 2018.

VITORIANO, Isadora Serrano. **A ação da rede socioassistencial**: quais as possibilidades desta efetivar-se? Jornada Internacional de Políticas públicas- JOINPP. São Luís/MA. 2011.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra?**: Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no serviço social. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-059-9

